

Revista de Administração e Contabilidade

Volume 17, Ano 2025

Feira de Santana, ID edição: 10.29327/2508556.17.1

ISSN: 2177-8426

Práticas de divulgação socioambiental de bancos brasileiros à luz da teoria da legitimidade

Tâmara Alcantara de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Email: marcio_sampaio1@hotmail.com

Márcio Santos Sampaio

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Email: marcio_sampaio1@hotmail.com

Thiago Rios Sena

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Email: thiagoriossena@gmail.com

Resumo

O objetivo principal deste trabalho foi identificar as tendências de divulgação de informações socioambientais por instituições financeiras brasileiras. Nos últimos anos verifica-se uma crescente conscientização e preocupação da sociedade sobre como as organizações impactam aspectos sociais e ambientais para além das questões econômicas. Normalmente essa preocupação é mais perceptível em organizações com alto potencial de poluição. Para minimizar a pressão social as organizações tendem a aumentar o volume de informações socioambientais para buscarem legitimação e solidificarem sua imagem como responsáveis nas perspectivas sociais e ambientais. Entretanto, poucos estudos preocupam-se em investigar esse fenômeno sobre as organizações que não possuem esse alto potencial de intervenção sobre o meio ambiente. A metodologia adotada foi a descritiva, utilizando os bancos Bradesco e Itaú como estudo de caso. Os resultados indicam que houve um aumento significativo no volume de dados socioambientais divulgados pelos bancos, conforme os padrões GRI convergindo com os pressupostos da Teoria de Legitimidade. Conclui-se que os relatórios de sustentabilidade têm se mostrado um importante instrumento de comunicação das práticas socioambientais dos bancos analisados. O estudo aprofunda a aplicação da Teoria da Legitimidade ao setor bancário e oferece subsídios práticos para gestores e reguladores aprimorarem transparência, padronização e comunicação socioambiental, podendo subsidiar orientações de estratégias de sustentabilidade, *benchmarking* e políticas que fortaleçam a confiança dos *stakeholders*.

Palavras-Chave: Informações socioambientais. Relatórios de sustentabilidade. Bancos. GRI. Teoria da Legitimidade. Transparência.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a sustentabilidade no contexto empresarial tem evoluído significativamente ao longo dos anos, deixando de ser apenas uma questão de responsabilidade social para se tornar uma estratégia fundamental na conquista da confiança de clientes, investidores e da sociedade em geral (Scaldani; Libonati, 2021).

Atualmente, as empresas estão cada vez mais conscientes da importância de adotar práticas empresariais sustentáveis não apenas pelo impacto positivo que causam no meio ambiente e na sociedade, mas também pela influência positiva que exercem sobre a percepção da marca, e, conseqüentemente, sobre os resultados financeiros (Pinto, 2024).

Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade surgem como uma ferramenta essencial para demonstrar de forma transparente e objetiva o compromisso das empresas com a sustentabilidade. Esses relatórios não apenas apresentam as ações e iniciativas socioambientais adotadas pelas empresas, mas também evidenciam os resultados alcançados e os desafios enfrentados, contribuindo para uma comunicação mais eficaz e uma prestação de contas mais transparente. Apesar de os relatórios de sustentabilidade não terem elaboração e publicação obrigatória pela legislação contábil, eles se constituem como instrumentos valiosos para a construção de uma reputação sólida e para a conquista da confiança dos *stakeholders*, fortalecendo a posição das empresas no mercado e impulsionando a adoção de práticas cada vez mais sustentáveis (Vieira et al., 2020).

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as tendências de divulgação de informações socioambientais por instituições financeiras brasileiras? Essa questão é relevante, pois a transparência e a qualidade das informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade são fundamentais para que os *stakeholders* e os *shareholders* possam avaliar a performance socioambiental das organizações. A fim de responder à questão formulada anteriormente, o objetivo principal é identificar as tendências de divulgação de informações socioambientais por instituições financeiras brasileiras. Para alcançar esse objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos: i) analisar a evolução da quantidade de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados ao longo dos últimos 5 anos; ii) identificar as principais temáticas abordadas nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados; iii) discutir o papel dos relatórios de sustentabilidade como instrumento de comunicação e prestação de contas das práticas socioambientais das instituições financeiras.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva (Raupp; Bauren, 2008), buscando levantar informações sobre a evolução do volume de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados e teve a análise documental como principal técnica de coleta de dados utilizada, por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade disponíveis nos sites dos bancos, considerando os últimos 5 anos como período de análise. Para a análise dos dados foi realizada a análise estatística descritiva, com identificação das médias e desvio-padrão, com o propósito de verificar se, de fato, existiu uma tendência de aumento no volume de informações socioambientais constantes nos relatórios.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o avanço das investigações sobre divulgação socioambiental no setor bancário ao aprofundar a aplicação da Teoria da Legitimidade em um contexto ainda pouco explorado. Ao demonstrar empiricamente a evolução do volume e da natureza das informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade de dois dos maiores bancos brasileiros, a pesquisa amplia a compreensão

sobre como instituições financeiras (tradicionalmente vistas como de baixo impacto ambiental direto) utilizam a divulgação voluntária como mecanismo de construção e manutenção de legitimidade organizacional. A análise detalhada dos padrões GRI adotados também oferece subsídios para futuras pesquisas comparativas, permitindo explorar diferenças setoriais e temporais na adoção dessas diretrizes, bem como a relação entre determinados indicadores e a percepção pública de responsabilidade socioambiental.

Sob a perspectiva prática, os resultados fornecem subsídios relevantes para gestores de instituições financeiras, reguladores e demais stakeholders interessados na transparência corporativa. A identificação de tendências de aumento na adoção de indicadores GRI e a análise das lacunas na divulgação de determinadas informações podem orientar decisões estratégicas relacionadas à comunicação e ao posicionamento institucional em temas de sustentabilidade. Além disso, ao evidenciar padrões e diferenças entre as instituições analisadas, o estudo oferece um referencial para *benchmarking* e para o aprimoramento das práticas de prestação de contas socioambientais no setor bancário. Essas contribuições podem ainda apoiar o desenvolvimento de políticas públicas e de iniciativas autorregulatórias que incentivem a padronização e a ampliação da qualidade das informações divulgadas, fortalecendo a confiança dos stakeholders e promovendo um ambiente de negócios mais alinhado aos princípios de sustentabilidade.

Este trabalho se divide em cinco seções. A primeira apresenta a introdução onde há a contextualização do tema, apresentação da problemática, objetivos da pesquisa e metodologia utilizada. Na segunda seção, apresenta-se a Fundamentação Teórica sobre sustentabilidade empresarial, relatório GRI, tendências de divulgação de informações socioambientais e teoria da legitimidade. Na sequência é detalhada a metodologia adotada na pesquisa, incluindo a abordagem descritiva e a análise documental. Em seguida, é realizada a análise e discussão dos resultados obtidos a partir dos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados. Por fim, a quinta seção discorre sobre as considerações finais, em que se sintetizam os resultados sobre a tendência de crescimento no volume de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos bancos e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade empresarial tem emergido como um campo de estudo crítico, atraindo a atenção de acadêmicos, praticantes e formuladores de políticas. Esta é frequentemente definida em termos dos três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico (Elkington, 1997). Elkington introduziu o conceito de "*triple bottom line*", que sugere que as empresas devem medir seu desempenho não apenas em termos financeiros, mas também em relação ao impacto ambiental e social.

A gestão ambiental envolve práticas como a redução de emissões de carbono, o uso eficiente de recursos e a minimização de resíduos. Estudos como os de Hart (1995) enfatizam a importância de estratégias baseadas em recursos para a sustentabilidade ambiental. A responsabilidade social corporativa é um componente-chave da sustentabilidade empresarial, englobando questões como direitos humanos, igualdade de gênero e desenvolvimento comunitário. A sustentabilidade econômica foca na viabilidade financeira a longo prazo, inovação e competitividade. (Khan; Ahmad; Majava, 2021)

A transparência e a prestação de contas são promovidas através de relatórios de sustentabilidade, como o Relato Integrado e o Relatório ESG. As diretrizes do *Global Reporting*

Initiative (GRI) são amplamente utilizadas para estruturar esses relatórios, que permitem às empresas comunicar suas práticas e desempenho em sustentabilidade.

A integração de práticas sustentáveis nas operações empresariais é essencial para garantir a longevidade organizacional e contribuir para o desenvolvimento sustentável global. Existe uma lacuna na pesquisa, já que não foi possível encontrar trabalhos que discorram sobre o impacto da divulgação de relatórios de sustentabilidade pelos bancos na escolha de seus clientes e em seu valor de mercado.

2.2 Relatório GRI

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional sem fins lucrativos que desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade corporativa e na padronização da prestação de contas das organizações em relação a seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Fundado em 1997, o GRI desenvolveu-se como uma referência global para diretrizes de relatórios de sustentabilidade, busca fornecer um conjunto abrangente de indicadores que as organizações podem utilizar para medir e comunicar seu desempenho em sustentabilidade (GRI, 2022).

As diretrizes do GRI abrangem uma variedade de tópicos importantes, incluindo governança corporativa, ética nos negócios, direitos humanos, práticas de trabalho, impactos ambientais, responsabilidade perante a sociedade e engajamento com clientes. Ao seguir essas diretrizes, as organizações podem estruturar seus relatórios de sustentabilidade de maneira consistente e transparente, permitindo uma comparação mais fácil entre empresas e setores.

O GRI busca promover a transparência e a responsabilidade corporativa, incentivando as organizações a considerar não apenas seus resultados financeiros, mas também os impactos sociais e ambientais de suas operações. A evidência dos relatórios de sustentabilidade é fundamental para as organizações, pois contribui para a construção de credibilidade e confiança junto aos *stakeholders*, além de demonstrar seu compromisso com a gestão dos recursos naturais (Domenico; Tormem; Mazzioni, 2017, p. 97).

A estrutura do GRI é revisada periodicamente para refletir mudanças nas práticas de negócios e nas expectativas da sociedade em relação à sustentabilidade. Para Bassetto (2010), a estrutura dos relatórios deve se concentrar em dois aspectos principais: a comparabilidade, para garantir uma estrutura paralela aos relatórios financeiros, e a flexibilidade, para acomodar as diferenças entre organizações e setores econômicos.

A importância do GRI reside no fato de que suas diretrizes se tornaram amplamente aceitas e adotadas por empresas e organizações em todo o mundo como um padrão para relatórios de sustentabilidade. Henrique et al. (2023, p. 89) destacam que os padrões globais de relatórios de impacto, conhecidos como padrões GRI, facilitam a comunicação das responsabilidades das empresas para com suas partes interessadas, utilizando uma linguagem comum e global.

Em resumo, o GRI desempenha um papel crucial na promoção da transparência e responsabilidade em questões de sustentabilidade, proporcionando uma estrutura globalmente reconhecida para relatórios que abordam os desafios e oportunidades enfrentados pelas organizações em um mundo cada vez mais preocupado com as questões sociais e ambientais.

2.3 Tendências de Divulgação de Informações Socioambientais

A divulgação de informações socioambientais tem ganhado destaque nas agendas corporativas e acadêmicas, refletindo a crescente demanda por transparência e

responsabilidade das empresas em relação ao impacto social e ambiental de suas operações. Para compreender o crescimento dessa demanda, pode-se apoiar no que Freeman (1984) propôs: as empresas devem considerar os interesses de todos os *stakeholders*, não apenas dos acionistas. Suchman (1995), na Teoria da Legitimidade, discorre que as empresas buscam legitimar suas operações através da conformidade com normas sociais e expectativas públicas. A divulgação socioambiental pode ser uma estratégia para obter ou manter legitimidade social. À luz de ambas as teorias, depreende-se que a divulgação dessas informações serve principalmente para atender ao público externo à empresa.

As práticas de divulgação de informações socioambientais variam amplamente entre empresas e setores. As formas mais usuais são os relatórios de sustentabilidade que podem ser elaborados seguindo diretrizes como as do *Global Reporting Initiative* (GRI), esses relatórios abrangem uma ampla gama de indicadores socioambientais e são frequentemente auditados por terceiros (Kolk, 2004). Alguns estudiosos promovem a integração da divulgação socioambiental nos relatórios anuais financeiros das empresas, argumentando que isso fornece uma visão mais holística do desempenho organizacional, dessa forma que funcionam os relatórios integrados, comumente denominados 'relato integrado' (Eccles; Krzus, 2010).

A falta de padrões uniformes na divulgação das informações socioambientais dificulta a comparabilidade entre empresas e setores, podendo limitar a utilidade das informações divulgadas para os *stakeholders* (Hahn; Kühnen, 2012). O relatório GRI é apenas um modelo sugerido, portanto as empresas podem elaborar seus relatórios se utilizando de elementos dele, sendo que há outros modelos de relatórios e métricas. Há também um risco de *greenwashing*, onde empresas exageram ou falsificam suas realizações socioambientais para parecerem mais responsáveis do que realmente são (Lins; Silva, 2009). Mais estudos são necessários para entender a relação entre a divulgação socioambiental e o desempenho financeiro de longo prazo das empresas.

2.4 Teoria da Legitimidade

Proposta originalmente por Suchman (1995), a teoria sugere que a legitimidade é um recurso crucial que as organizações devem gerenciar para garantir sua sobrevivência e sucesso. A Teoria da Legitimidade baseia-se na premissa de que as organizações operam dentro de um contexto social mais amplo e que sua legitimidade depende da conformidade com normas, valores e expectativas sociais. Legitimidade é definida como uma "percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições" (Suchman, 1995).

A legitimidade pode ser classificada em diversas tipologias, que funcionam como uma melhor forma de entendimento da sua aplicação. A legitimidade pragmática se baseia no interesse próprio dos *stakeholders* e nas trocas diretas entre a organização e seus públicos. A moral reflete a avaliação normativa dos *stakeholders* sobre a conformidade da organização com normas e valores sociais. A legitimidade cognitiva se deriva do reconhecimento e compreensão da organização dentro de um contexto socialmente construído, tornando suas ações "dadas" ou "necessárias". Para funcionar, a legitimidade adota estratégias como a de conformidade onde ajusta as práticas organizacionais para atender às expectativas sociais; a manipulação, influenciando as percepções e expectativas sociais para alinhar-se às práticas organizacionais; e a seleção, escolhendo ambientes ou públicos que já aceitam as práticas da organização como legítimas (Suchman, 1995).

A sobrevivência das organizações pode ser comprometida se a sociedade acreditar que elas violaram o contrato social. Se a percepção pública for de que a organização não opera de maneira legítima, a sociedade pode efetivamente retirar seu apoio, prejudicando a continuidade das operações da organização (Barbosa; Callado; Camara, 2019). Assim, de acordo com a Teoria da Legitimidade, as empresas podem operar no ambiente onde estão inseridas com menores custos e com redução da pressão sobre elas (Sampaio, 2012).

A Teoria da Legitimidade permite compreender por que a crescente adoção na divulgação de relatórios socioambientais dentre as grandes empresas. A partir dessa perspectiva pode-se inferir que a crescente onda de ESG impulsiona a divulgação de relatórios, já que aumentou o número de partes interessadas.

O setor bancário brasileiro é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico do país, segundo Marciel, J. et al (2021), os bancos desempenham um papel fundamental como intermediários financeiros na economia. Dada essa relevância, os bancos buscam legitimar-se perante a sociedade por diversas formas, o que inclui as divulgações de cunho socioambiental.

A Teoria da Legitimidade oferece uma estrutura valiosa para entender as relações complexas entre organizações e sociedade. A compreensão aprofundada da legitimidade organizacional é essencial para promover uma gestão mais responsável e alinhada com as expectativas e valores sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O modelo de análise de dados é a metodológica descritiva e análise documental para investigar as práticas de divulgação de informações socioambientais de dois grandes bancos brasileiros: Bradesco e Itaú.

Banco Bradesco, fundado em 1943 em Marília, São Paulo, é uma das maiores instituições financeiras do Brasil e um dos principais bancos da América Latina. Desde sua fundação, o Bradesco tem se destacado por sua capacidade de expansão e inovação no setor bancário. Com uma rede de 2.864 agências em todo o Brasil em 2022, o banco tem conseguido oferecer uma ampla gama de serviços financeiros a um vasto público (Bradesco, 2022).

O Banco Itaú, fundado em 1945 em São Paulo, é um dos maiores e mais influentes bancos da América Latina. Com uma história de crescimento e inovação, o Itaú se destaca como uma das principais instituições financeiras do Brasil e uma presença significativa no cenário bancário global. Em 2022, o Itaú possuía uma extensa rede de agências, contando 4,2 mil no Brasil e no exterior, e canais digitais, refletindo seu compromisso em oferecer uma gama abrangente de serviços financeiros (Itaú, 2022).

Foi constatada a ausência de relatórios de sustentabilidade do Banco do Brasil referentes aos anos de 2018 a 2020. Esta lacuna nos dados impediu sua inclusão na análise detalhada proposta pelo estudo. Apesar dos esforços para obter esses documentos, a falta de informações impediu a análise detalhada da instituição, que dependia da disponibilidade e integridade dos dados de responsabilidade socioambiental.

A pesquisa descritiva é apropriada para descrever as características de um fenômeno específico e é amplamente utilizada para fornecer uma visão detalhada e sistemática de um assunto (Gil, 2008). A análise documental, por sua vez, permite a exploração e interpretação de documentos oficiais e publicamente disponíveis, fornecendo uma base sólida para análise e comparação (Bowen, 2009).

A amostra deste estudo foi composta por dois grandes bancos brasileiros: Bradesco e Itaú. A seleção desses bancos se justifica por sua representatividade no setor bancário brasileiro, por serem líderes em práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental e pelas condições de acessibilidade dos dados disponíveis no site oficial de cada instituição. Cada banco foi analisado com base nos Relatórios de Sustentabilidade elaborados de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) em cinco anos diferentes. Os anos selecionados para análise foram 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, permitindo uma avaliação longitudinal das práticas de divulgação socioambiental.

Os documentos analisados neste estudo foram os Relatórios de Sustentabilidade GRI de cada banco para os anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Os Relatórios GRI foram escolhidos devido à sua ampla aceitação e uso como padrão para relatórios de sustentabilidade, proporcionando uma estrutura coerente e comparável para a divulgação de informações socioambientais (Kolk, 2004). Os relatórios GRI incluem uma variedade de indicadores relacionados a aspectos ambientais, sociais e econômicos, oferecendo uma visão abrangente das práticas e desempenhos de sustentabilidade das organizações.

Os Relatórios de Sustentabilidade GRI dos anos selecionados foram obtidos nos sites oficiais de cada banco. A coleta de dados envolveu a identificação e download dos relatórios relevantes, seguida pela leitura detalhada e extração de dados.

Os dados extraídos dos Relatórios GRI foram processados no software “IBM® SPSS Statistics”, e codificados em categorias temáticas baseadas nos principais indicadores de sustentabilidade recomendados pela GRI, que fazem sentido para o segmento analisado. Deu-se destaque à categoria 400 dos relatórios GRI, que lida com as pessoas.

Os dados foram analisados comparativamente entre os anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 para identificar mudanças e tendências nas práticas de divulgação de cada banco ao longo do tempo. Além da análise temporal, os dados foram comparados entre os três bancos para identificar semelhanças e diferenças em suas abordagens de divulgação socioambiental.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para análise dos dados foi utilizada a análise descritiva, além da análise de variância e comparação das médias para cada standards GRI dos bancos Bradesco e Itaú dos anos 2018 a 2022. Para a execução desta análise foram utilizadas variáveis dummy tipo 0 ou 1 (0 representando a ausência de informação e 1 para presença de informação) para identificar o uso dos standards GRI pelos Bancos Bradesco e Itaú entre os anos de 2018 a 2022, que foram processados através do software “IBM® SPSS Statistics”.

Utilizou-se, adicionalmente, a divisão usual do GRI em grupos de assuntos abordados, sendo o grupo 200 o de informações econômicas, o grupo 300 os de informações ambientais e o grupo 400 os de informações sociais. O grupo 100 não foi considerado neste estudo, uma vez que se trata de informações sobre a entidade e que são de divulgação obrigatória para todos que utilizam o GRI como parâmetro para a divulgação de suas informações socioambientais. Cada standard está descrito no Apêndice A.

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva para o Banco Bradesco. Verificando a média para esse banco, observamos que houve uma diminuição nas publicações entre os anos de 2018 e de 2019, no entanto, houve um aumento nas publicações a partir do ano de 2020. Aplicaram-se os procedimentos descritos na Introdução e no Referencial Teórico.

Tabela 1 - Estatística Descritiva Bradesco

Ano	N	Média	Erro Desvio
ANO2018	89	,4719	,50204
ANO2019	89	,4607	,50128
ANO2020	89	,6180	,48863
ANO2021	89	,6404	,48259
ANO2022	89	,7079	,45732
N válido (de lista)	89		

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na Tabela 2, que traz a estatística descritiva do Banco Itaú, verifica-se a tendência no aumento de publicações de 2018 a 2020, entre 2020 e 2021 a quantidade publicada permaneceu a mesma, o que não significa que foram publicadas as mesmas informações nos dois anos, e em 2022 houve novamente o crescimento na quantidade de dados publicados.

Tabela 2 - Estatística Descritiva Itaú

Ano	N	Média	Erro Desvio
ANO2018	89	,4382	,49898
ANO2019	89	,4831	,50255
ANO2020	89	,5506	,50026
ANO2021	89	,5506	,50026
ANO2022	89	,6067	,49124
N válido (de lista)	89		

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Observa-se que ambos os bancos apresentaram uma tendência consistente de aumento na média de divulgação de informações ao longo dos anos analisados. Esse crescimento reflete não apenas um compromisso com a transparência, mas também uma resposta às diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI), que estabelece padrões para a divulgação de informações socioambientais.

A adoção desses padrões pelo GRI não só confirma a hipótese central da pesquisa, fundamentada na Teoria da Legitimidade, de que há uma crescente divulgação de informações socioambientais, mas também demonstra uma preocupação dos bancos em alinhar suas práticas com normas internacionais de sustentabilidade e governança corporativa. O aumento no volume de informações divulgadas pode ser interpretado como uma estratégia deliberada dos bancos para fortalecer sua imagem institucional, ganhar credibilidade no mercado e fortalecer a confiança dos *stakeholders*. Contudo, o compromisso dos bancos com o GRI não é apenas uma medida de conformidade, mas uma estratégia para fomentar um desenvolvimento econômico mais equitativo e sustentável, em linha com as expectativas crescentes da sociedade e dos investidores globalmente.

Ao analisar as estatísticas deve-se levar em consideração que não são todos os standards que têm sua publicação obrigatórias, e que alguns deles têm materialidade para setores específicos, e que nem todos serão publicados todos os anos, como exemplo os standards que abordam casos de corrupção e o tratamento para a situação, que só são publicados quando ocorre o fato. Outro ponto de destaque é que os standards GRI passam por reformulações, como a que houve em 2020, onde foram acrescidos e excluídos parâmetros, o que pode ocasionar uma falsa impressão de crescimento ou diminuição no volume de publicação.

A Tabela 3 apresenta informações que não foram abordadas pelos Bancos no decorrer dos cinco anos de análise, sendo a maioria de cunho social. Considerando as diretrizes para a utilização dos standards GRI, a não divulgação dessas informações não implicam em descumprimento, já que, com exceção do Grupo 100, todos os outros grupos têm caráter de

divulgação opcional, devendo a empresa escolher quais temas têm materialidade para os usuários das informações. Considerando que a adoção de relatórios de sustentabilidade por parte dos bancos tem como principal objetivo se legitimar frente a seus *stakeholders* e *shareholders*, a não adoção das informações abaixo não interferem nessa legitimidade, já que em sua maioria elas não têm materialidade para o setor bancário.

Contudo as empresas tem motivações para optarem pela não divulgação de certas informações, como a preocupação com a privacidade e Segurança Dados sensíveis, como estratégias empresariais internas, dados financeiros detalhados ou práticas operacionais específicas, podem ser mantidos em sigilo para proteger a competitividade da empresa e evitar riscos à segurança corporativa. O receio de repercussões negativas também pode levar as empresas a não divulgar informações. A revelação de impactos negativos ou práticas controversas pode afetar a reputação da empresa, e, para evitar possíveis danos à imagem corporativa. A complexidade dos dados também pode ser um obstáculo.

A coleta e a apresentação de dados complexos podem representar desafios significativos. A falta de padronização nas normas de relatórios pode contribuir para a omissão de informações. A ausência de diretrizes claras ou a complexidade das normas do GRI pode gerar incerteza sobre como relatar adequadamente determinados dados, levando as empresas a optar por não os incluir.

Tabela 2 - Standards não utilizados pelos bancos nos 5 anos

Standards GRI que não foram utilizados pelos bancos
202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero
202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local
203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços
301-3 Produtos e suas embalagens reaproveitados
302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
304-3 Habitats protegidos ou restaurados
304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas
412-2 Treinamento de funcionários em políticas ou procedimentos em Direitos Humanos
413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais
416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na Tabela 4 são apresentadas as informações de caráter econômico que foram abordadas pelos bancos pelo menos uma vez ao longo dos cinco anos estudados. Os destaques nessa tabela são os standards “201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído”, “201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas” e o “203-2 Impactos econômicos indiretos significativos”, que foram publicados em todos os anos. O standard 201-1, em termos contábeis, é a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), com publicação obrigatória para empresas que operam na B3. O 201-2 está vinculado como as mudanças climáticas impactam as operações da entidade e como isso afeta lucros, receitas e despesas e o 203-2 diz respeito ao impacto indireto que a empresa tem pra seus *stakeholders* e para a economia de onde ele está inserido.

O 201-3, que lida com informações sobre aposentadoria dos funcionários foi divulgado apenas uma vez, no ano de 2022, pelo Bradesco, o que pode indicar a adoção desse tema para a publicação pelo banco a partir desse ano, e uma preocupação do banco em divulgar dados sobre a aposentadoria de seus funcionários. O “201-4 Apoio financeiro recebido do governo” foi divulgado apenas pelo Itaú, a falta de divulgação do Bradesco indica que ou o mesmo não recebeu apoio financeiro do governo a um ponto que fosse relevante divulgar, ou que o mesmo não tem interesse em divulgar o apoio recebido. O “205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção” foi divulgado em todos os anos pelo Bradesco, mas teve sua divulgação apenas em 2022 pelo Itaú, sinalizando uma possível inclusão desse standard a partir desse ano.

Tabela 3 - Informações GRI do Bloco 200 (Parte 1)

Banco	Ano	201-1	201-2	201-3	201-4	203-2	204-1	205-1
Bradesco	2018	1	1	0	0	1	1	1
	2019	1	1	0	0	1	0	1
	2020	1	1	0	0	1	1	1
	2021	1	1	0	0	1	1	1
	2022	1	1	1	0	1	1	1
Itaú	2018	1	1	0	1	1	1	0
	2019	1	1	0	1	1	1	0
	2020	1	1	0	1	1	1	0
	2021	1	1	0	1	1	1	0
	2022	1	1	0	1	1	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A Tabela 5 demonstra outras informações econômicas divulgadas através dos relatórios dos Bancos, que utilizaram os standards do GRI. O “205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção” foi divulgado apenas pelo Itaú, o que sugere que esse banco entende como material o tema e políticas internas ligadas ao combate a corrupção interna. A inclusão deste indicador nos relatórios do banco implica um compromisso ativo com a transparência e com a criação de uma cultura corporativa sólida contra a corrupção. O banco não apenas estabelece políticas, mas também investe em capacitação contínua para assegurar que seus funcionários compreendam e implementem essas diretrizes. O parâmetro 205-3 que aborda casos confirmados de corrupção e medidas tomadas não foi divulgado em todos os anos pelos dois bancos, o que se associa ao fato de que são necessários casos de corrupção para a divulgação do mesmo.

Todo o GRI 207, que discorre sobre tributos, passou a ser divulgado pelo Itaú a partir de 2019, no entanto o Bradesco passou a divulgar apenas quatro anos depois, em 2022, indicando uma maior relevância que o impacto tributário tem para o Itaú, impacto esse que reflete principalmente externamente. A diferença temporal na divulgação do GRI 207 pode indicar que o Itaú considera o impacto tributário mais relevante ou visível externamente. A inclusão desse indicador reflete um esforço para esclarecer suas práticas tributárias e demonstrar conformidade com as regulamentações fiscais, contribuindo para a legitimidade da empresa e ajudando a reforçar a transparência e a responsabilidade fiscal, além de mitigar percepções negativas. O fato de o Bradesco ter adotado o GRI 207 apenas quatro anos após o Itaú pode refletir diferenças nas prioridades e estratégias de comunicação de cada banco. Enquanto o Itaú pode estar mais focado em demonstrar seu compromisso com a governança transparente e com a responsabilidade fiscal, o Bradesco pode ter considerado esses aspectos como menos críticos em termos de impacto imediato sobre sua reputação ou operabilidade.

Tabela 4 - Informações GRI, Bloco 200 (Parte 2)

Banco	Ano	205-2	205-3	206-1	207-1	207-2	207-3	207-4
Bradesco	2018	0	1	1	0	0	0	0
	2019	0	1	1	0	0	0	0
	2020	0	1	1	0	0	0	0
	2021	0	0	1	0	0	0	0
	2022	0	1	1	1	1	1	1
Itaú	2018	1	0	1	0	0	0	0
	2019	1	0	1	1	1	1	1
	2020	1	1	1	1	1	1	1
	2021	1	1	1	1	1	1	1
	2022	1	1	0	1	1	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A Tabela 6 apresenta as informações do Bloco 300, de cunho ambiental, que tiveram sua divulgação constante, estando presente em todos as edições estudadas. Esses parâmetros discorrem sobre utilização de materiais, consumo de energia, interação com a água, emissão de gases do efeito estufa, escolha de fornecedores com base em critérios ambientais e os impactos ambientais negativos desses fornecedores e como a empresa lida com isso. O Grupo 300 são dos indicadores do impacto ambiental causado pelas empresas, que Elkington (1997) nos traz como fator que deve ser avaliado. Dentro desse grupo nem todos os standards têm materialidade para o setor bancário, os que estão na Tabela 6 são os mais relevantes para esse setor.

Tabela 5 - Parâmetros Ambientais Constantes

PARÂMETROS AMBIENTAIS UTILIZADOS TODOS OS ANOS

- 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume
- 302-1 Consumo de energia dentro da organização
- 303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado
- 305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
- 305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
- 305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
- 305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
- 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
- 308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os standards na Tabela 7, tiveram diferentes impressões no período estudado. O 301-2 e o 306-5 já eram adotados pelo Bradesco desde 2020, mas passaram a integrar o relatório do Itaú em 2022. Isso pode sugerir que o Bradesco já reconhecia a importância desses temas antes, enquanto o Itaú incorporou essas práticas mais recentemente, possivelmente em resposta a novas diretrizes ou demandas de *stakeholders*.

O 303-3 passou a ser adotado pelo Bradesco em 2021, quando o Itaú já o adotava em 2018, mas não o publicou em 2022, da mesma forma com o 306-3, só que quem o adotava, mas não o publicou em 2022 foi o Bradesco. O 305-6 e 305-7, que discorrem sobre emissões agressivas à camada de Ozônio eram publicados pelo Bradesco de 2018 a 2020, mas não houveram publicações em 2021 nem em 2022, o Itaú não publicou em nenhum dos cinco anos.

O 306-2 foi publicado pelo Bradesco em todos os anos, e pelo Itaú apenas em 2018 e 2019. O 303-5 que discorre sobre o consumo de água, passou a ser publicado por ambos os bancos em 2020. Isso indica um crescente reconhecimento da importância da gestão hídrica e uma resposta às crescentes preocupações ambientais e regulamentações sobre o uso sustentável dos recursos hídricos.

Tabela 6 - Informações GRI Bloco 300 (Parte 1)

Banco	Ano	301-2	303-2	303-3	303-5	305-6	305-7	306-2	306-3	306-5
Bradesco	2018	0	0	0	0	1	1	1	0	0
	2019	0	0	0	0	1	1	1	0	0
	2020	1	1	0	1	1	1	1	1	1
	2021	1	1	1	1	0	0	1	1	1
	2022	1	1	1	1	0	0	1	0	1
Itaú	2018	0	0	1	0	0	0	1	0	0
	2019	0	0	1	0	0	0	1	0	0
	2020	0	0	1	1	0	0	0	1	0
	2021	0	0	1	1	0	0	0	1	0
	2022	1	0	0	1	0	0	0	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na Tabela 8, o GRI 302-4, que evidencia sobre a redução no consumo de energia, já era divulgado pelo Itaú desde 2018, mas o Bradesco só divulgou em 2022, o que pode indicar uma adoção mais recente de práticas de reporte relacionadas à gestão de energia. O 305-4 que já era divulgado pelo Bradesco, mas passou a ser divulgado pelo Itaú em 2022. O 306-1 e o 306-4 que discutem sobre resíduos e são divulgados pelo Bradesco desde 2020, mas o Itaú não os divulga, o que pode indicar uma abordagem diferente ou uma falta de ênfase na divulgação detalhada sobre a gestão de resíduos. E o 307-1, sobre a não-conformidade com leis e regulamentações ambientais que foi excluído na atualização de 2020 do GRI, e não foi divulgado pelos bancos em 2022.

Tabela 7 - Informações GRI Bloco 300 (Parte 2)

Banco	Ano	302-4	305-4	306-1	306-4	307-1
Bradesco	2018	0	1	0	0	1
	2019	0	1	0	0	1
	2020	0	1	1	1	1
	2021	0	1	1	1	1
	2022	1	1	1	1	0
Itaú	2018	1	0	0	0	1
	2019	1	0	0	0	1
	2020	1	0	0	0	1
	2021	1	0	0	0	1
	2022	1	1	0	0	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na Tabela 9 são apresentadas as informações do Bloco 400, de cunho social, também relevante segundo a teoria do *triple bottom line* de Elkington (1997), que tiveram sua divulgação constante, estando presente em todas as edições estudadas. A avaliação de característica social dentro das empresas nos traz, principalmente a forma como ela lida com seus empregados, mas também entrega a forma como ela lida com a comunidade local, quais políticas ela adota em relações humanas, como lida com aqueles a quem ela presta serviços.

Tabela 8 - Parâmetros Sociais Constantes

Parâmetros sociais utilizados todos os anos
401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados
401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

- 405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados
- 405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
- 406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
- 414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
- 414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
- 415-1 Contribuições políticas
- 417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
- 418-1 Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na Tabela 10 observa-se que standards como o 401-3, 403-1, 403-4 e 403-8 que já era publicado pelo Bradesco, foi publicado pelo Itaú na edição de 2022. Esta mudança sugere que o Itaú reconheceu a importância desses indicadores para a gestão da saúde e segurança no trabalho. O 403-2, 403-5, 403-6, 403-7, 403-9, foram publicados em todas as edições estudadas do relatório do Banco Itaú, mas estão presentes apenas em versões mais recentes no Bradesco. Isso pode refletir uma adaptação mais lenta do Bradesco às novas diretrizes ou uma reavaliação das suas práticas de reporte de saúde e segurança ocupacional.

O standard “403-3 Serviços de saúde do trabalho” foi publicado em todos os anos para os dois bancos, com exceção de 2020 no relatório do Bradesco. A ausência deste indicador no relatório de 2020 do Bradesco pode ter sido resultado de mudanças nos processos internos de reporte ou da priorização de outros aspectos durante aquele período específico. **Tabela 9 - Informações GRI Bloco 400**

Banco	Ano	401-3	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9
Bradesco	2018	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	2019	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	2020	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0
	2021	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
	2022	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Itaú	2018	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1
	2019	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1
	2020	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1
	2021	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1
	2022	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

As informações referentes ao GRI 412-1, 412-3 e 419-1 tiveram sua publicação descontinuada pelo próprio GRI, o que culminou na ausência desses standards nos relatórios dos bancos. O GRI 417-1 e 417-2, que estão relacionados ao marketing e relação com o cliente, foram publicados nos cinco anos pelo Bradesco, mas não houve publicação dessa informação pelo Itaú. Os standards 407-1, 408-1 e 409-1 foram publicados apenas em 2020 e 2021 pelo Itaú, porém estão presentes nas duas últimas edições do relatório do Bradesco.

A publicação de parâmetros sobre a intensidade energética (GRI 302-3) e de doenças profissionais (GRI 403-10) esteve presente apenas nas edições de 2022, podendo indicar a adoção desses parâmetros a partir dessa edição, no entanto, cabe a observação de edições posteriores.

Os standards “302-2 Consumo de energia fora da organização”, “303-4 Descarte de água”, “Conteúdo 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade”, “Conteúdo 402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais”, “413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

voltados à comunidade local”, foram utilizados apenas uma vez e por um dos bancos, com exceção do 303-4, eles foram divulgados na edição de 2022, o que implica uma possível inclusão desses temas nos relatórios. Recomenda-se observar relatórios posteriores, já que esses são temas que têm importância social, e, a fim de garantir a legitimidade, os bancos tendem a adotar temas materiais para suas partes interessadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as tendências de divulgação de informações socioambientais por instituições financeiras brasileiras. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) analisar a evolução da quantidade de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados ao longo dos últimos cinco anos; ii) identificar as principais temáticas abordadas nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados; iii) discutir o papel dos relatórios de sustentabilidade como instrumento de comunicação e prestação de contas das práticas socioambientais das instituições financeiras.

Para atender ao objetivo geral e aos específicos, adotou-se as seguintes abordagens metodológicas. Primeiramente, foram utilizadas variáveis dummy para codificar a presença ou ausência de informações específicas nos relatórios de sustentabilidade dos bancos. A análise dos dados foi conduzida utilizando o software IBM® SPSS Statistics, que permitiu uma avaliação detalhada da evolução das informações ao longo do período estudado. Foram analisados os relatórios de sustentabilidade dos últimos cinco anos do Itaú e do Bradesco, focando na quantidade e qualidade das informações divulgadas.

A análise revelou uma tendência de crescimento na quantidade de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos bancos selecionados. Houve um aumento notável na utilização de diversos standards do GRI, destacando-se a adoção do "GRI 207: Tributos" por ambos os bancos, com o Itaú começando a utilizar este standard a partir de 2018 e o Bradesco a partir de 2022. Além disso, a análise mostrou uma adoção crescente de standards relacionados a informações ambientais, evidenciando um compromisso ampliado com a sustentabilidade.

Os relatórios de ambos os bancos evidenciaram uma tendência de aumento nas informações econômicas e de cunho social, com especial ênfase em dados relacionados aos funcionários, como programas de desenvolvimento profissional. Este aumento na divulgação de informações reflete uma abordagem mais holística e integrada da sustentabilidade, reconhecendo a interdependência entre as dimensões econômica, social e ambiental no contexto corporativo.

Observou-se um equilíbrio na divulgação das informações econômicas, sociais e ambientais nos relatórios de ambos os bancos. A análise detalhada indicou que, além dos aspectos econômicos tradicionais, questões sociais e ambientais foram abordadas, demonstrando um tratamento abrangente. Com relação à quantidade de standards disponibilizados pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a quantidade utilizada pelos bancos na composição de seus relatórios, constatou-se que, para todos os três blocos estudados, houve um uso entre 82% e 85% dos parâmetros, estabelecendo uma média de utilização de 83,56% dos standards no relatório. Essa alta taxa de adoção dos standards sugere que os bancos estão comprometidos em seguir diretrizes reconhecidas internacionalmente para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, assegurando uma comunicação clara e padronizada de suas práticas e impactos. Essa análise confirma uma tendência de crescimento no volume de

informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade dos principais bancos atuantes no Brasil nos últimos cinco anos.

Conforme abordado, a teoria da legitimidade sugere que as organizações buscam alinhar suas práticas e comunicações com as expectativas e normas sociais para obter aceitação e suporte dos *stakeholders* e da sociedade em geral. No contexto dos bancos e da divulgação de relatórios conforme os padrões GRI, essa teoria ajuda a explicar por que os bancos adotam e divulgam certos indicadores. A análise dos relatórios de sustentabilidade dos bancos Itaú e Bradesco, à luz da teoria da legitimidade, demonstra como as instituições financeiras buscam alinhar suas práticas com as expectativas sociais e regulatórias para obter aceitação e suporte. As diferenças na adoção e divulgação dos indicadores GRI refletem estratégias distintas de cada banco para reforçar sua legitimidade e reputação.

Durante a execução deste estudo, houve dificuldade de encontrar os relatórios GRI do Banco do Brasil dos anos de 2018, 2019 e 2020, sendo encontrados apenas dos anos de 2021 e 2022. Portanto, a ausência desses relatórios não reflete uma crítica à atuação do Banco do Brasil, mas sim uma limitação metodológica do estudo, baseada na disponibilidade de informações essenciais para uma análise abrangente e precisa. Pela ausência desses relatórios o Banco do Brasil não foi incluído neste estudo. Para os Bancos do Bradesco e Itaú não foram encontradas limitações significativas, pois os relatórios de sustentabilidade estavam acessíveis nos sites dos dois bancos, com acesso livre ao público e informações dispostas de forma clara e de fácil compreensão.

Sugere-se para futuras pesquisas a análise dos relatórios posteriores a 2022 para confirmação da tendência na adoção dos standards, focando principalmente nos standards que tiveram sua primeira publicação em 2022, para assim confirmar que os mesmos continuaram presentes nos relatórios dos bancos. Bem como a aplicação desta pesquisa em outras instituições financeiras que publicam relatórios de sustentabilidade para verificar se houve aumento nas publicações, para contribuir na discussão da Teoria da Legitimidade no processo de divulgação voluntária dos relatórios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. R. S.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Análise da relação entre valor de mercado e divulgação do relatório de sustentabilidade: um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 59-86, mai./ago, 2019.

BARBOSA, S; CALLADO, A; CAMARA, R. Relação Entre o Desempenho da Sustentabilidade e sua Evidenciação: Um Estudo com Companhias de Capital Aberto Suíças Aderentes ao GRI. In: Congresso USP, **Anais...** USP, Fipecafi, São Paulo, Disponível em: <<https://congress USP.fipecafi.org/anais/19Usplnternational/ArtigosDownload/1563.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia –COPEL. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.

BITEKTINE, A. Toward a theory of social judgments of organizations: the case of legitimacy, reputation, and status. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 1, p. 151-179, 2011.

DOMENICO, D; TORMEM, L; MAZZIONI, S. Nível de Disclosure nos Relatórios de Sustentabilidade em Conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017.

- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.
- FREEMAN, R. E. **A Stakeholder Approach to Strategic Management**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1984.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **About GRI**. 2022. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- HART, S. L. A natural-resource-based view of the firm. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995
- KHAN, I. S.; AHMAD, M. O.; MAJAVA, J. Industry 4.0 and sustainable development: A systematic mapping of triple bottom line, Circular Economy and Sustainable Business Models perspectives. **Journal of Cleaner Production**, n. 297, 2021.
- LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 91-105, jan./jun., 2009.
- MACIEL, J. et al. O setor bancário brasileiro: Centralização de capitais e alterações na composição orgânica do capital. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, p. 127–151, 19 jul. 2021.
- MONEVA, J. M.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting Forum**, 30(2), 121-137, 2006.
- OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.
- PALAZZO, G.; SCHERER, A. G. Corporate Legitimacy as Deliberation: A Communicative Framework. **Journal of Business Ethics**, v. 66, n. 1, p. 71-88, 2006.
- PINTO, R. C. **Os desafios e vantagens da Sustentabilidade Empresarial**. (Artigo de Graduação em Administração). Faculdade Metropolitana Anápolis, Anápolis, 2021.
- SACALDANI, J. M. A.; LIBONATI, J. **Sustentabilidade e Desempenho**: Uma comparação do desempenho das empresas pertencentes e não pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial. In: Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...** CBC, 2021. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4910>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- SAMPAIO, M. S. et al. **Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras**. SSRN, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2468262. Acesso em: 22 abr. 2024.
- VIEIRA, I. L. et al. Pontos positivos e negativos dos relatórios de sustentabilidade no modelo global reporting initiative: revisão da literatura nacional e internacional. **Revista Gestão Industrial**, v. 16, n. 2, 2020.

Apêndice A – Standards GRI

GRI 201: Desempenho Econômico 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 201	201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído
GRI 201	201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
GRI 201	201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria
GRI 201	201-4	Apoio financeiro recebido do governo
GRI 202: Presença no Mercado 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 202	202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero
GRI 202	202-2	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 203	203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços
GRI 203	203-2	Impactos econômicos indiretos significativos
GRI 204: Práticas de Compra 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 204	204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais
GRI 205: Combate à Corrupção 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 205	205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
GRI 205	205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
GRI 205	205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
GRI 206: Concorrência Desleal 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 206	206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
GRI 207: Tributos 2019		
1. Conteúdos para gestão de temas		
GRI 207	207-1	Abordagem tributária
GRI 207	207-2	Governança, controle e gestão de risco fiscal
GRI 207	207-3	Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos
2. Conteúdos temáticos		

GRI 207	207-4	Relato país-a-país
GRI 301: MATERIALS 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 301	301-1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume
GRI 301	301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
GRI 301	301-3	Produtos e suas embalagens reaproveitados
GRI 302: Energia 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 302	302-1	Consumo de energia dentro da organização
GRI 302	302-2	Consumo de energia fora da organização
GRI 302	302-3	Intensidade energética
GRI 302	302-4	Redução do consumo de energia
GRI 302	302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
GRI 303: Água e Efluentes 2018		
1. Conteúdos para gestão de temas		
GRI 303	303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
GRI 303	303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
2. Conteúdos temáticos		
GRI 303	303-3	Captação de água
GRI 303	303-4	Descarte de água
GRI 303	303-5	Consumo de água
GRI 304: Biodiversidade 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 304	304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
GRI 304	304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
GRI 304	304-3	Habitats protegidos ou restaurados
GRI 304	304-4	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
GRI 305: Emissões 2016		
DATA		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 305	305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)

GRI 305	305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
GRI 305	305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305	305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305	305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305	305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)
GRI 305	305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
GRI 306: Resíduos 2020		
1. Conteúdos para gestão de temas		
GRI 306	306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
GRI 306	306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
2. Conteúdos temáticos		
GRI 306	306-3	Resíduos gerados
GRI 306	306-4	Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306	306-5	Resíduos destinados para disposição final
GRI 307: Conformidade Ambiental de 2016		
2. Divulgações específicas sobre o tema		
GRI 307	307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 308	308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
GRI 308	308-2	Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
GRI 401: Emprego 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 401	401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados
GRI 401	401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
GRI 401	401-3	Licença maternidade/paternidade
GRI 402: Relações de Trabalho 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 402	402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018		
1. Conteúdos para gestão de temas		

GRI 403	403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403	403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes
GRI 403	403-3	Serviços de saúde do trabalho
GRI 403	403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
GRI 403	403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
GRI 403	403-6	Promoção da saúde do trabalhador
GRI 403	403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
2. Conteúdos temáticos		
GRI 403	403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403	403-9	Acidentes de trabalho
GRI 403	403-10	Doenças profissionais
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 404	404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado
GRI 404	404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
GRI 404	404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 405	405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados
GRI 405	405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
GRI 406: Não Discriminação 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 406	406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 407	407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408: Trabalho Infantil 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 408	408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016		
2. Conteúdos temáticos		

GRI 409	409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 410	410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 411	411-1	Casos de violação de direitos de povos indígenas
GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos de 2016		
2. Divulgações específicas sobre o tema		
GRI 412	412-1	Operações que foram objeto de revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto
GRI 412	412-2	Treinamento de funcionários em políticas ou procedimentos de direitos humanos
GRI 412	412-3	Acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações de direitos humanos
GRI 413: Comunidades Locais 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 413	413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local
GRI 413	413-2	Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 414	414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
GRI 414	414-2	Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 415	415-1	Contribuições políticas
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 416	416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
GRI 416	416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		
2. Conteúdos temáticos		
GRI 417	417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
GRI 417	417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
GRI 417	417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016		

2. Conteúdos temáticos

GRI 418	418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes
------------	-------	--

GRI 419: Conformidade Socioeconômica 2016

2. Conteúdos temáticos

GRI 419	419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área social e econômica
------------	-------	---